

Lidiane Rafaela Araújo Martins

REGIME JURÍDICO-DISCIPLINAR DA MAGISTRATURA

**Procedimentos e estruturação
das Corregedorias-Gerais dos
Tribunais de Justiça**

2019



www.editorajuspodivm.com.br

445624

Rua Território Rio Branco, 87- Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia
Tel: (71) 3045.9051
• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Ana Caquetti

Diagramação: Cendi Coelho (cendicoelho@gmail.com)

M379r Martins, Lidiane Rafaela Araújo.
Regime jurídico-disciplinar da magistratura / Lidiane Rafaela Araújo Martins –
Salvador: Editora JusPodivm, 2019.
336 p.

Bibliografia.
ISBN 978-85-442-2605-6.

1. Direito Processual. 2. Magistratura. I. Martins, Lidiane Rafaela Araújo. II. Título.

CDD 341.412

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

Abreviaturas	19
Introdução	21

1

As garantias da Magistratura nas Constituições do Brasil	23
1. A Constituição Imperial de 1824 e o Desembarque de Serinhaem.....	23
2. A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891 à luz dos postulados das Revoluções Francesa e Americana.....	26
3. A efêmera Constituição Federal de 1934	27
4. A Constituição Federal de 1937 e o matiz autoritário	28
5. O fortalecimento do Poder Judiciário na Constituição Federal de 1946.....	29
6. A Constituição Federal de 1967 e a posterior suspensão das garantias.....	29
7. A dogmática da Constituição Federal de 1988	30
7.1. Diferença deontológica entre garantias e prerrogativas da Magistratura	30
7.2. Vitaliciedade.....	37
7.3. Inamovibilidade e a remoção de juiz substituto.....	37
7.4. Irredutibilidade dos vencimentos.....	39

2

Particularidades decorrentes do Regime Jurídico da Magistratura.....	41
1. Independência funcional e o solipsismo.....	41
2. Reflexões filosóficas sobre a multiplicidade de atribuições e o misonéismo	46
3. Exercício de atividade docente	57
4. Exercício de atividade empresária	60
5. Direito fundamental à liberdade de pensamento e manifestação de opinião.....	61
6. Autorização para residir excepcionalmente fora da comarca da jurisdição..	67
7. Afastamento para frequentar cursos de aperfeiçoamento profissional.....	72

3

Principais deveres dos magistrados e suas implicações.....	81
1. Imparcialidade	81
2. Cumprimento dos prazos processuais e o tempo de tolerância	83
3. Urbanidade.....	85

4. Atendimento e os Princípios de Bangalore	86
5. Assiduidade	89
6. Fiscalização sobre os serviços prestados	91
7. Probidade	92

4

A responsabilidade dos magistrados pelos atos praticados 93

1. A responsabilidade pessoal por atos jurisdicionais	93
2. A normatização da responsabilidade funcional dos magistrados	96
3. Independência das instâncias penal, civil e administrativa	99

5

Conselho Nacional de Justiça 105

1. A relevância do Conselho Nacional de Justiça	105
2. Competência concorrente com as Corregedorias-Gerais	109
3. Prazo para o CNJ rever processos prévios de apuração contra magistrados	112
4. Comunicação entre o CNJ e os magistrados	115
5. A autonomia administrativa dos Tribunais	116

6

As Corregedorias-Gerais dos Tribunais de Justiça 121

1. Evolução histórica no Brasil	121
2. A Corregedoria-Geral da Justiça do Tribunal do Paraná	124
3. Classificação dos atos dos Corregedores-Gerais	125
4. O Corregedor Adjunto e a atual denominação	130

7

**Procedimentos Específicos das Corregedorias-Gerais
à luz das classes processuais do CNJ 133**

1. Pedido de Providências (PP)	135
1.1. Direito de petição	135
1.2. Caráter residual	136
2. Consultas	137
2.1. Objeto	137
2.2. Caráter normativo e enunciados	138
3. Representação por excesso de prazo (REP)	140
3.1. Legitimidade e interesse	141
3.2. Qualificação e identificação	143
3.3. Denúncia anônima	144

3.4.	Solicitação e reiteração de informações aos magistrados.....	146
3.5.	Réplica.....	147
3.6.	Fundamentação	148
3.7.	Hipótese de arquivamento liminar da Reclamação Disciplinar.....	148
3.8.	Crítérios para aferição da razoável duração do processo.....	150
3.9.	O arquivamento monocrático das representações e o tempo morto..	153
3.10.	Obrigatoriedade da comunicação da decisão de arquivamento ao Conselho Nacional de Justiça.....	157
3.11.	Superveniente normatização no Código de Processo Civil.....	158
4.	Reclamação Disciplinar (RD).....	161
4.1.	Procedimento.....	161
4.2.	Solicitação de informações e réplica	162
4.3.	Emenda ao pedido inicial.....	162
4.4.	Reclamação contra matéria jurisdicional.....	162
4.5.	Ausência de indicativos de conduta irregular do magistrado.....	164
4.6.	Reiteração de Reclamações Disciplinares.....	164
4.7.	Embargos de declaração das decisões de arquivamento	165
4.8.	Recursos contra a decisão monocrática de arquivamento.....	167
4.9.	O abuso do direito de reclamar	169
5.	Sindicância.....	170
5.1.	Prescindibilidade do procedimento.....	171
5.2.	Defesa	172
6.	Processo Administrativo Disciplinar (PAD).....	173
6.1.	Breves apontamentos iniciais sobre a Resolução nº 135/2011 do Conselho Nacional de Justiça.....	173
6.2.	Princípios	175
6.2.1.	Presunção de inocência	175
6.2.2.	Contraditório	177
6.2.3.	Ampla defesa	178
6.2.4.	Devido processo legal	179
6.2.5.	Publicidade.....	181
6.3.	Defesa prévia	183
6.4.	Contagem dos prazos processuais.....	185
6.5.	Quórum para instauração.....	186
6.6.	Hipóteses de afastamento cautelar e provisório de magistrado.....	187
6.7.	Manifestação do Ministério Público.....	194
6.8.	Relatoria.....	194
6.9.	Fase de citação e defesa.....	194
6.10.	Nomeação de advogado dativo.....	195
6.11.	Os requisitos da portaria que inaugura o Processo Administrativo ...	196
6.12.	Fase de instrução probatória.....	196

6.12.1. Limitações probatórias no Processo Disciplinar	199
6.12.2. Quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico.....	199
6.12.3. Prova emprestada	200
6.12.4. Prova Documental.....	202
6.12.5. Prova Testemunhal.....	203
6.12.6. Prova Pericial.....	204
6.12.7. Interrogatório.....	205
6.12.8. Confissão	205
6.13. Sessão de julgamento.....	206
6.14. Aposentadoria voluntária superveniente.....	207
6.15. Mecanismos consensuais de resolução de conflitos no âmbito disciplinar	208
6.16. Sigilo dos expedientes	211

8

Penalidades aplicáveis aos magistrados no âmbito administrativo 215

1. Advertência.....	216
2. Censura	216
3. Remoção compulsória.....	218
4. Disponibilidade.....	221
5. Aposentadoria compulsória punitiva.....	223
6. Demissão	224
7. Anotação na ficha funcional.....	225
8. Controle do processo administrativo disciplinar pelo Poder Judiciário	226

9

Prescrição 229

1. Aspectos gerais da prescrição	229
2. Prazo prescricional no Processo Administrativo Disciplinar contra magistrados	230
3. Necessidade ou não do processo criminal para aplicação dos prazos penais.....	231
4. Considerações sobre o termo inicial da prescrição	233
5. Prescrição intercorrente da pretensão disciplinar.....	233
6. Prescrição retroativa e prescrição virtual	234
7. Imprescritibilidade	234

10

O gabinete dos Corregedores-Gerais 237

1. Plano de Gestão Administrativa e Judiciária	237
2. Inventário e acompanhamento dos processos.....	237

3.	Comunicação de reuniões.....	238
4.	Plantão das Corregedorias-Gerais.....	239
5.	Qualificação interna.....	239
6.	Divisão interna das atribuições.....	239
7.	Juízes convocados pelas Corregedorias-Gerais.....	242

Função Fiscalizatória.....	245	
1.	Considerações Iniciais.....	245
2.	Calendário de Correição.....	247
3.	Pré-Correição.....	249
4.	Modalidades.....	250
4.1.	Correição Ordinária.....	250
4.2.	Correição Extraordinária.....	250
4.3.	Inspeção anual no primeiro grau de jurisdição.....	250
4.4.	Inspeção do Conselho Nacional de Justiça nos Tribunais de Justiça.....	251
4.5.	Correição Presencial e Virtual.....	253
5.	A atualização e a padronização das Correições.....	255
6.	A informatização das Correições.....	256
7.	Atas Correccionais.....	257
7.1.	Aspectos gerais de avaliação.....	258
7.2.	Aspectos específicos da avaliação.....	259
8.	Relatório Reservado (RR).....	260
8.1.	Objeto principal da avaliação.....	264
8.2.	Itens sopesados nas Correições.....	265
8.3.	Seleção dos processos avaliados.....	269
8.4.	Mesa do Corregedor.....	270
8.5.	Elogio na ficha funcional.....	270
8.6.	Entrega pessoal dos Relatórios Reservados pelo Corregedor-Geral.....	271
8.7.	Número anual de Unidades Judiciárias submetidas à Correição.....	272
8.8.	Interpretação do conceito de Unidade Judiciária.....	273
8.9.	Correição dos juízes vitaliciandos.....	275
8.10.	Critério para designação dos magistrados submetidos à Correição.....	275
8.11.	Afastamento do magistrado da jurisdição durante o período da Correição.....	277
8.12.	Interregno entre as Correições.....	277
8.13.	Período sob Correição.....	278
8.14.	Correição devolutiva.....	279
8.15.	Prazo para entrega das Atas e do Relatório Reservado.....	279
9.	Pós-Correição.....	280
9.1.	Responsabilidade pelo cumprimento da Ata Correccional.....	280
9.2.	Publicidade das Atas.....	281

10. Delegação de atos.....	281
11. Limites da atividade correcional	283
11.1. Infração disciplinar versus entendimento jurídico.....	284
11.2. Sistema de Consequências	285

12

Função Orientativa.....	287
1. Capacitação jurídico-administrativa.....	287
2. Compilação de jurisprudência do Tribunal Estadual.....	290
3. Publicações.....	291
4. Boletim Informativo Mensal e Relatório Trimestral e Anual.....	291
5. Orientação nos perfis de demandas e ações repetitivas ou predatórias.....	291

13

Função Formadora	295
1. Vitaliciamento.....	295
2. Direito Comparado.....	299
3. O juiz formador	301
4. Atribuições.....	303
5. Inovações no Sistema Informatizado do Vitaliciamento.....	307
6. Assunção tardia e lista de antiguidade.....	310

14

Função de apoio aos magistrados na atividade jurisdicional.....	313
1. Finalidade	313
2. Projeto Acervus	316
3. Acompanhamento.....	317

15

Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais do Brasil.....	319
1. Principais objetivos.....	319
2. Deveres das Corregedorias-Gerais.....	321
3. Carta do 74º ENCOGE Porto Alegre/RS 27 e 28 de abril de 2017.....	321
4. Carta do 75º ENCOGE Belo Horizonte/MG 28 a 30 de junho de 2017 ...	324
5. Carta do 76º ENCOGE Salvador/BA 25 a 27 de outubro de 2017.....	325
6. Carta do 77º ENCOGE Belém/PA 21 a 23 de março de 2018.....	326
7. Carta do 78º ENCOGE João Pessoa/PA 13 a 15 de junho de 2018.....	328
8. Carta do 79º ENCOGE Natal/RN 18 a 20 de outubro de 2018.....	329
Referências Bibliográficas	331